

Mudança do FAL 'suaviza' a dívida

29 JAN 1986

A transferência do Fundo de Assistência à Liquidez (FAL) do BNH para o Banco Central, anunciada pelo ministro Dílson Funaro e que pode ser ratificada amanhã pelo Conselho Monetário Nacional, foi considerada um instrumento positivo para suavizar a dívida pública, pelo presidente da Associação das Empresas de Crédito e Poupança do Estado de São Paulo (Acresp), Luís Eduardo Pinto Lima.

29 JAN 1986

Entretanto, apesar de diminuir a dívida, com a captação pelo governo de um grande volume de recursos a custos mais baixos que os atualmente praticados, a medida preocupa os agentes financeiros: "Tudo dependerá da forma como o governo determinará o funcionamento do depósito compulsório e de como ficarão os recursos para o mercado".

Apesar de considerar que ainda é cedo para maiores comentários, Pinto Lima dá um exemplo hipotético: "No mês de janeiro, a captação foi boa, o que aumentou o compulsório. Se, por acaso, a captação cair em

abril, e o compulsório não, ficaremos com uma trava enorme no mercado. Por isso, o funcionamento deveria levar em conta essas proporções". Outra preocupação do presidente da Acresp diz respeito à captação pelo Banco do Brasil: "Isso ainda não foi mencionado, mas, se também o Banco do Brasil puder captar, significará uma maior estatização do mercado, já afetado pela atuação da Caixa Econômica Federal".

Na sua opinião, os poupadores não serão afetados com a medida, uma vez que ela aumenta a liquidez do sistema e permite que a égide da fiscalização fique centralizada num único órgão. Entretanto acredita que se o volume de recursos para o sistema de habitação diminuir, o que dependerá do funcionamento do compulsório, os novos mutuários serão prejudicados pela falta de financiamento.

Para o empresário Samuel Kon, da Construtora Diâmetro, o receio maior também está em que o volume de recursos não continue entrando

na mesma proporção de janeiro: "Isso provocaria menos recursos para novas habitações, o que prejudicaria as construtoras, mas também o governo, que conseguiria menos recursos para suavizar sua dívida".

Segundo o empresário, a medida poderá significar uma sangria no mercado financeiro: "É lastimável que os recursos diminuam justamente no momento de recuperação do mercado imobiliário, mas se for para reduzir a inflação, aceitamos". Samuel Kon afirma que o saque de 40% dos depósitos, até completar 25% sobre o volume total dos depósitos em cadernetas de poupança, significa que o governo obterá cerca de Cr\$ 50 trilhões de recursos: "Como a inflação é provocada pela dívida, se esta diminuir, certamente a inflação também cairá". O empresário espera apenas que não haja paralelamente, um aumento das taxas: "Se a faixa livre ou a de abertura de crédito aumentarem, cresce o custo da habitação, o que seria repassado ao comprador e também o desestimularia".